

O Senado em duas décadas: *Social Background* dos Senadores Eleitos entre 1994 e 2014¹

Alison Ribeiro Centeno²

Resumo

Avaliando as vitórias nas disputas pelo Senado Federal e dividindo os partidos de acordo com seus posicionamentos na escala ideológica esquerda-centro-direita, objetiva-se demonstrar os padrões de recrutamento das bancadas ao longo de duas décadas. Observando suas diferenças em termos de diplomação e profissão, utilizando essas características da posição socio-ocupacional dos políticos para averiguar os níveis de experiência e os padrões de formação das carreiras políticas, constatou-se que há maior diferença entre os blocos ideológicos pelas profissões prévias em relação às diplomações, sendo que no Senado a *expertise* política foi um padrão, indistinto o *social background* dos políticos.³

Palavras-chave

Senado Federal; elites políticas; *social background*.

Abstract

Analyzing the victories for the Federal Senate disputes and dividing the parties according to their positions in the left-center-right ideological scale, the main objective of the presenting paper is to evaluate the parties' recruitment patterns over two decades. Observing the senators' educational degrees and professions before their political careers and, by using these characteristics of the socio-occupational position of politicians to ascertain the levels of experience and patterns of political career formation, it was found that there is a greater difference between ideological segments in previous professions regarding educational degrees, while political expertise was a standard indistinct to the politicians' social background.

Keywords

Federal Senate; political elites; social background.

¹ Versão expandida do artigo apresentado na 19ª edição do Congresso da SBS (2019).

² Doutorando em Ciências Sociais pela PUCRS. E-mail: alison.centeno@edu.pucrs.br.

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Introdução

Fortalecendo o empenho de melhor entender o recrutamento de elites políticas, unindo-se a estudos de mesma natureza focados nas casas do Congresso Nacional (ARAÚJO, 2011; COSTA, P.; COSTA, L.; NUNES, 2014; CORADINI, 2012), objetiva-se delinear os perfis (considerando-se os partidos) dos eleitos à Casa da Federação, indo além do panorama evidenciado de posição socio-ocupacional privilegiada dos Senadores – indistinta a legenda, ao longo das duas décadas em estudo.

Entende-se como melhor forma de estudar o *social background* da classe política agregar e analisar os dados de diplomação escolar e profissão antecedente à carreira política, tendo para tal fim unido (num banco de dados no SPSS) tais características de todos os políticos eleitos para os 243 mandatos disputados entre 1994 e 2014. Essa percepção decorre da prontidão de se mapear equivalentes informações nas minibiografias dos portais do Legislativo (nesse caso, mais especificamente, do Senado Federal), bem como nas biografias desenvolvidas por centros de estudos como o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), fontes de coleta das informações a serem exploradas no presente estudo.

Diferentemente de outros recursos plausíveis para entender as “morfologias” das elites políticas, como no caso do capital familiar (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015), que se pode desdobrar desde o núcleo familiar ao parentesco, mas que facilmente pode ser questionado diante do mero apadrinhamento político, dados de formação, profissão e, principalmente, de carreira político-institucional são extremamente conspícuos, dificilmente não sendo postos em evidência pelos próprios políticos, tornando-os assim de maior capacidade para lhes codificar e sintetizar para análise. Esses atributos também evidenciam, para além das origens socio-ocupacionais, os meios de circulação das elites sociais que transpõem seus capitais (cultural, social, econômico etc.) ao meio político.

Sabendo-se pela mais diversa gradação de pesquisas que o Congresso é majoritariamente composto pelos dotados de alta posição social e/ou de recursos educacionais (RODRIGUES, 2002, 2009; CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014; ARAÚJO, 2011), em que semelhantes fatores se fazem presentes já na campanha através da capacidade de agregação de recursos financeiros para a disputa eleitoral (CARLOMAGNO; CODATO, 2018), o intento aqui presente é fazer uma referência cruzada de como os segmentos ideológicos se caracterizam diante de sua elitização.

Desta feita, busca-se avaliar as vitórias nas disputas pelo Senado Federal entre os anos de 1994 e 2014, tendo esses importantes recursos do capital social (*social background*) e da experiência política como protagonistas do levantamento. Logo, serão ressaltadas as diplomações e profissões mais recorrentes nas frações ideológicas (esquerda, centro e direita) e investigadas as possíveis distinções de experiência e projeção política dos Senadores eleitos de acordo com os segmentos de titulação e ocupação profissional.

O recorte do período para investigação advém da manutenção da polarização PT contra PSDB nas seis eleições presidenciais concomitantes às que serão examinadas, também marcadas pelo crescimento da fragmentação partidária no Congresso Nacional (MADEIRA; OLIVEIRA; CENTENO, 2022), bem como por ser essa, desde a redemocratização, uma sucessão de anos nos quais ocasionais crises econômicas no País e crises políticas no Governo Federal e no próprio Senado não ocasionaram *impeachment* do(a) Chefe de Estado e do Governo, havendo governabilidade e capacidade de estruturação de base majoritária na Câmara Alta do Parlamento.

Antes de avançar para a exploração dos dados, é importante denotar que sempre se trabalhará com eleitos, mesmo que porventura alguns não tenham chegado a assumir a cadeira por quaisquer motivos, bem como serão averiguados os partidos pelos quais os políticos venceram o pleito, ainda que tenham mudado de agremiação antes da posse ou durante o mandato.

Ao todo, 195 Senadores foram eleitos para 243 mandatos no transcorrer das duas décadas em estudo, sendo que 41 políticos (21%) venceram mais de uma eleição durante o íterim. Os números que serão apurados nas próximas seções levarão em conta as vitórias, logo, essas quatro dezenas de políticos que conquistaram duas ou três vezes uma das cadeiras do Senado reincidirão no banco de dados e, conseqüentemente, na exploração deles.

Finda essa introdução, ao longo das próximas três seções, espera-se agregar ao debate da crescente literatura sobre o recrutamento de elites políticas no Brasil – especialmente pela disparidade dos estudos voltados para o Senado Federal, que se apresentam em menor número (NEIVA, 2011; ARAÚJO, 2011; CENTENO, 2018), com a apreciação dos dados que mostram o Senado composto, principalmente, por partidos de centro e direita, revelando o recrutamento característico dos nichos ideológicos para além do tradicional predomínio dos bacharéis e profissionais do ramo jurídico no Parlamento, desaguando na análise do nível e da formação de experiência política dos Senadores de acordo com o *social background* dos políticos eleitos.

Distribuição Partidária e *Social Background* dos Senadores Eleitos ao longo de duas décadas

O estudo do *social background*, concomitantemente ao conhecimento sobre a carreira política, evidencia o fundamento do poder dos Senadores. Sendo o cargo mais alto do Legislativo – o único cuja eleição transcorre de forma majoritária –, conhecer a gênese do sucesso eleitoral é elementar para compreender as bases políticas e sociais, explicando em grande parte a atuação no transcorrer do mandato: posicionamentos, votações, discursos etc., moldando os perfis partidários.

Majoritariamente, a Câmara Alta foi composta por partidos de centro e direita, especialmente pela força do MDB (23,5% dos assentos no Senado durante o período), do DEM (mais de 17%) e do PSDB (pouco mais de 15%), que, juntos, conquistaram mais da metade (precisos 56%) das vitórias entre 1994 e 2014. Esses números chamam atenção não apenas pela fração de conquistas eleitorais desses partidos, mas também pela constância: em 1998, juntos, esses partidos somaram 80% das vitórias (quando havia apenas 27 cadeiras em disputa). A partir da eleição de 2010 há uma mudança significativa no padrão de captura de assentos, com pequenos partidos ganhando terreno na Câmara Alta, junto de legendas como o PDT e o PP (que vinham minguando no transcorrer das quatro eleições anteriores), que incrementaram suas bancadas.

Mesmo sendo a quarta maior força dentro do Senado Federal ao longo do interím, o PT teve um desempenho inconstante ao longo dessas seis eleições: somente quando houve disputa por dois terços das cadeiras que o partido desfrutou de maiores trunfos na corrida pelo Senado. A *performance* eleitoral petista é parecida com a dos pequenos partidos (“Outros” na Tabela 1), que, na competição pela representação federativa no Congresso, avançam em número de assentos nos anos em que se renovam 54 mandatos.

A fim de progredir ao ponto principal do trabalho, que é o estudo do *social background* dos Senadores eleitos no decorrer desse intervalo, ressalta-se o modesto espaço para partidos de esquerda na Casa da Federação. Processou-se durante esses vinte anos o predomínio dos grandes partidos, preponderantemente de centro e direita, em que até mesmo as tradicionais e enraizadas agremiações de esquerda tiveram obstáculos para chegar à Câmara Alta. Não apenas o maior representante desse segmento ideológico teve dificuldades para obter e, sobretudo, manter um grande contingente de

cadeiras, o PDT e o PSB também tenderam (salvo o ano de 2014 para os pedetistas) a aumentar o espaço no Senado nas eleições em que cada unidade federativa escolheu dois Senadores.

Tabela 1 – Mapeamento das vitórias dos partidos nas disputas pelo Senado Federal entre 1994 e 2014

PARTIDO	1994	1998	2002	2006	2010	2014	TOTAL
PP	6	2	0	1	4	1	14
PDT	5	0	4	1	2	4	16
PT	4	3	10	2	11	2	32
PTB	3	0	3	3	1	2	12
MDB	14	11	9	4	14	5	57
DEM	11	5	15	6	2	3	42
PSB	1	1	3	1	4	2	12
PSDB	8	5	8	5	6	5	37
Outros ⁴	2	0	2	4	10	3	21
TOTAL	54	27	54	27	54	27	243

Fonte: TSE.

Madeira, Oliveira e Centeno (2022) elaboram uma divisão dos partidos de acordo com o surgimento e o crescimento das agremiações ao galgarem posições majoritárias. Observa-se aqui que entre 1994 e 2006 as legendas de menor porte que lograram êxito nas eleições para a Câmara Alta eram antigos partidos: PPS, PR (o então PL), PCdoB e PRTB. Ainda nas eleições de 2010, justamente na qual há o mais significativo avanço das pequenas agremiações, percebe-se que, salvo uma cadeira do PSOL e outra do PRB, ainda as velhas legendas se sobrepuseram, inclusive com a chegada do PSC e do PMN no Senado.

O caráter majoritário das eleições para o Senado e a alternância da renovação (da terça parte e outros dois terços), intercalada ao longo dos oito anos de mandato senatorial, contribuíram significativamente para esse quadro (CENTENO, 2020; MADEIRA, OLIVEIRA; CENTENO, 2022). Resta nos

⁴ PCdoB, PMN, PPS, PR, PRB, PRTB, PSC, PSD e PSOL.

próximos parágrafos averiguar se esse padrão ideológico-partidário também se traduziu em perfis claros e ideologicamente associáveis no *social background* dos Senadores eleitos.

A fim de dinamizar a análise, as diplomações e as profissões prévias às carreiras políticas dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014 – serão observadas através da divisão dos partidos na escala ideológica esquerda-centro-direita. As legendas foram agrupadas seguindo as linhas de Rodrigues (2009) e Power e Zucco Jr. (2009), sendo: esquerda (PCdoB, PT, PSB, PPS e PDT), centro (PSDB e MDB) e direita (PTB, PR⁵, DEM e PP).

Seis partidos foram alocados na categoria “sem classificação”⁶, tanto por não figurarem nos dois estudos, como por terem um mandato cada (exceto o PSD, com dois), tonificando a possibilidade de haver casos em que por questões regionais o político se abrigou temporariamente em uma legenda que representava algo distante da sua caracterização ideológica, exclusivamente para disputar a eleição. Espera-se, assim, atestar os padrões do recrutamento político das legendas observando-as em blocos e, ao elencar a posição socio-ocupacional como fator principal, averiguar se a experiência política (em número, no tipo e em projeção dos cargos eletivos prévios) pode estar associada ao *social background*.

O estudo dos antecedentes da vida política-eleitoral elucida como a elite política é descasada da realidade socioeconômica da população. Autores de viés institucionalista, clássicos da Ciência Política contemporânea, como Robert Dahl, afirmam como o meio político institucional, embasado em eleições, participação e disputa política, não deve ser tão somente um espelhamento da sociedade, ou seja, uma mera representação estatística. Como será observado nos parágrafos a seguir, há, deveras, um forte contraste, considerando o altíssimo nível de instrução educacional e de ocupações do alto estrato social dentre parlamentares.

No transcorrer de duas décadas, o ramo jurídico foi o mais emblemático meio pelo qual os Senadores passaram antes de ascenderem à Casa da Federação, principalmente nos partidos de centro e direita; em termos de diplomação, o bacharelado em Direito foi o mais frequente, indistinto o posicionamento ideológico. Enquanto nas legendas de centro os advogados representaram a profissão mais recorrente, foram principalmente nos partidos de direita que no levantamento não se observou a prática do ofício. Ainda no

⁵ Extinto PL (que posteriormente com a fusão com o PRONA tornou-se o PR).

⁶ PMN, PRB, PSD, PRTB, PSC e PSOL.

que tange à ocupação, os empresários se fizeram em considerável número no Senado, tanto nas agremiações de centro quanto nas de direita, sendo a profissão mais recorrente nesse espectro ideológico; esse padrão corresponde aos evidenciados por Codato *et al.* (2016), Neiva e Izumi (2014) e Araújo (2011).

Sabe-se que muitos políticos não exercem profissão na área de diplomação, mas, também, quando se observa haver um maior número daqueles que se declararam médicos, em relação aos formados em medicina, outro ponto importante no estudo dos padrões socio-ocupacionais vem à tona: muitos políticos acumulam diplomas em diferentes áreas (“diversos” na Tabela 2); além dos médicos, advogados e professores (do ensino superior ou não) são os que mais se caracterizaram por essa pluralidade de certificados universitários – estando em números próximos e equivalentes nos partidos de esquerda, centro e direita.

Trabalhar com as variáveis – diplomas escolares/universitários e profissões pregressas à carreira política – demonstra como a elite política nacional transita por distintos ramos de formação, acumulando certificações escolares e, por vezes, começam a vida no campo de disputas eleitorais sem exercerem o ofício de formação (embora a diplomação sirva para o cotidiano da atuação política, em discursos e posicionamentos sobre matérias). Porém, trabalhar em simultâneo com tais aspectos da posição socio-ocupacional demonstra a atuação paralela entre o mandato e a atividade profissional privada, especialmente no caso dos empreendedores e até de alguns professores universitários.

Demonstra, assim, como o capital cultural do diploma abre portas, permitindo a socialização entre meios de múltiplas formas de poder que servem como trampolim para o campo político. A formação outorga a circulação por meios que são garantidores e alicerce para futuras empreitadas políticas, cujas respectivas áreas perfilam políticos e, conseqüentemente, os partidos. Vide-se no fato de que metade dos bacharéis e profissionais da medicina eram de partidos de direita; no extremo oposto, nove dos 17 professores não universitários (do ensino básico, pedagogos ou professores que não afirmaram em qual nível do ensino atuaram) foram eleitos por legendas de esquerda – sobretudo formados nas áreas de ensino e ciências humanas – número três vezes maior que o encontrado na direita (cujos profissionais tinham diplomas diversos).

Entre os professores universitários, cinco dos dez chegaram ao Senado pelos partidos de esquerda (formados em Direito, Engenharia ou com diplomas em distintas áreas) e outros quatro pelas agremiações de centro (principalmente

com diversos diplomas). Ambas as profissões se caracterizam pela permissibilidade de ter contato direto com a população local, pavimentando para a iniciação na política através de cargos municipais; se de disputa, no Legislativo; servindo como projeção para eventuais empreitadas políticas em níveis estadual e federal.

Tabela 2 – Profissões e Diplomações (de acordo com a distribuição dos partidos na escala ideológica) dos senadores eleitos entre 1994 e 2014

Profissão	<i>Esq.</i>	<i>Cen.</i>	<i>Dir.</i>	<i>S/C</i>	TOTAL
Administração Pública/Servidor Público	5	0	1	0	6
Advogado	9	28	12	0	49
Agropecuarista/Pecuarista	1	4	3	0	8
Economista	5	9	1	0	15
Empresário/Administrador/Comerciante	3	17	15	2	37
Engenheiro	6	6	11	2	25
Impreciso ⁷	4	5	7	0	16
Jornalista/Radialista	1	10	2	0	13
Médico	6	2	10	2	20
Outras ⁸	12	5	10	0	27
Professor Universitário	5	4	1	0	10
Professor/Pedagogo	9	4	3	1	17
Total	66	94	76	7	243
Diplomação	<i>Esq.</i>	<i>Cen.</i>	<i>Dir.</i>	<i>S/C</i>	Total
Administração de Empresas	0	8	2	0	10
Direito	12	31	23	0	66
Diversos	10	11	9	3	33
Economia	6	10	5	1	22
Engenharias	10	6	11	2	29

⁷ Classificação da diplomação e/ou profissão do Senador que não é claramente mencionada em sua biografia oficial no Senado ou em seu verbete no CPDOC.

⁸ Arquiteto, Assistente Social, Bancário, Contabilista, Diplomata, Enfermeiro, Militar, Psicólogo, Técnico em Artes Gráficas, Técnico em Contabilidade e Técnico em Telecomunicações (um, cada); Delegado, Escritor, Geólogo, Metalúrgico, Pastor, Promotor, Sociólogo e Zootecnista (dois, cada).

Diplomação	Esq.	Cen.	Dir.	S/C	Total
Ensino e Ciências Humanas	6	5	4	0	15
Ensino Médio/Técnico/Superior Incompleto	6	7	5	1	19
Impreciso	2	7	3	0	12
Jornalismo/Comunicação Social	0	5	0	0	5
Medicina	5	2	7	0	14
Outros ⁹	9	2	7	0	18
Total	66	94	76	7	243

Fonte: Senado Federal e CPDOC

Notas: Esquerda (Esq.), centro (Cen.), direita (Dir.) e sem classificação (S/C)

Semelhantemente aos advogados e de modo distinto dos médicos, os economistas alegaram em maior contingente a formação do que o exercer profissional; destaca-se que o bacharelado em Economia é proporcionalmente maior nas legendas de centro (contudo, tais proporções devem ser analisadas com cuidado, pois, como anteriormente afirmado, o período foi caracterizado pelo predomínio das legendas de centro e direita na Casa), e coloca os extremos dos blocos ideológicos (esquerda e direita) em paridade.

Enquanto os bacharéis em Direito dispersaram para o ensino universitário, a agropecuária e o empresariado, os economistas que não atuaram no seu ramo de formação ficaram quase que exclusivamente no ramo empresarial, em especial entre os filiados a partidos de direita. Os partidários de centro e direita somaram a totalidade dos graduados em Administração de Empresas, dos quais todos atuaram no campo empresarial.

O meio das engenharias foi significativo precedente à carreira política dos Senadores eleitos para o período. Em termos de formação educacional, os números são de paridade entre os extremos ideológicos; surpreende serem essas diplomações muito menores dentre políticos dos partidos de centro dada sua proporção na Casa, tendo quase metade do número de graduados em um dos sub-ramos da engenharia que entre filiados a agremiações de esquerda.

Todavia, entre os políticos de esquerda, é expressivamente menor o histórico de trabalho na área, indo a quase metade do número de graduados, ao passo que, nas legendas de centro e direita, praticamente todos os formados

⁹ Arquitetura, Ciências e Artes, Contabilidade, Enfermagem, Farmácia, Física, Odontologia e Serviço Social (um, cada); Educação Física, Geologia e Psicologia (dois, cada); Medicina Veterinária (três).

declararam atuação profissional prévia no ramo. Entre de partidos de direita, a Engenharia foi uma das mais recorrentes profissões, dois em cada cinco engenheiros eram filiados a agremiações desse espectro ideológico.

Aqui é possível discordar da afirmação de Araújo (2011) de que há similaridade entre os Senadores formados em “Economia, Engenharia, Medicina e Humanidades” (*idem*, pp. 564) em agremiações de ideologias distintas. Como observável na Tabela 2 e recentemente apresentado, as diplomações em subáreas das humanidades (aqui junto das de ensino) colocaram os nichos em equivalência, todavia, a prevalência das engenharias e da Medicina nos extremos e a concentração da Economia no centro destoam dos achados do autor.

Semelhantemente ao padrão encontrado em estudo que englobou as 51^a e 52^a Legislaturas do Senado Federal (CENTENO, 2018) – ainda que analisando um menor intervalo (1999-2006), mesmo estudando os eleitos e não necessariamente os que tomaram posse, excluindo assim os suplentes – pôde-se verificar que as legendas no Senado se distinguem mais pelo exercício profissional prévio dos Senadores do que pela área de formação educacional desses políticos. A isso se deve uma multiplicidade de fatores, entre as que ficam mais evidentes nesse estudo: a quantidade de empresários no Senado – profissão que não requer uma formação educacional específica –; o distanciamento de graduados em Direito (principal diplomação entre os membros da Câmara Alta) do seu ramo de instrução educacional; e o importante número de professores universitários (*métier* que engloba uma pluralidade de diplomações).

Distinto de Costa P., Costa L. e Nunes (2014), no presente estudo que embarca um maior período, não se averiguou maior volume de títulos universitários entre os Senadores de esquerda, já que o superior incompleto e diplomas de ensino médio/ensino técnico caracterizaram equitativamente as biografias dos políticos de esquerda, centro e direita. Diferentemente do estudo de Rodrigues (2002, 2009) sobre a Câmara dos Deputados e em acordo com o de Araújo (2011) sobre o Senado, os empresários estiveram presentes nas legendas de centro e direita, e não apenas nas desse último bloco ideológico. Porém, houve relativa equivalência na formação e discrepância na ocupação nas “engenharias” através dos partidos de esquerda e direita. Por fim, os profissionais do ensino básico estiveram filiados, principalmente, aos partidos de esquerda, ao passo que os agropecuaristas aos de centro e direita.

As diferenças mais profundas entre as agremiações se dão em profissões e diplomações pouco recorrentes nas biografias dos Senadores eleitos: quase a

totalidade de servidores públicos foram eleitos pelos partidos de esquerda, o mesmo equivale para os diplomados e profissionais da comunicação nas legendas de centro. Nessas agremiações e nas de direita estiveram praticamente todos os profissionais da agropecuária, havendo somente um em partido de esquerda.

Nas legendas de esquerda, os que não possuíam diploma universitário se distribuíram entre o ensino, o serviço público, o ofício de bancário e a metalurgia; entre os Senadores de partidos de centro e direita, alguns dos padrões aqui detalhados desses espectros foram reforçados, com políticos de legendas de centro e sem diploma universitário atuando como jornalistas e agropecuaristas; dentre os de direita, foram praticamente todos os empresários.

A fim de prosseguir para a parte final e verificar se há relação da magnitude dos cargos eletivos ocupados pelos antes do mandato na Câmara Alta, com a posição socio-ocupacional, é importante relatar algumas categorias que, apesar de ficarem à margem da análise, trazem proveitosas informações. Sete mandatos senatoriais foram de legendas nanicas¹⁰ (que dificilmente figuram nos estudos de posicionamento ideológico), cujos mandatos foram obtidos por Senadores que tinham *social background* mais próximo das legendas de centro e direita – vindos do empresariado, das engenharias e da Medicina; quase metade com diplomas “diversos”.

Também chama atenção como pouco mais de 11% das profissões e cerca de 7,5% das diplomações eram de “outras”/“outros” (Tabela 2) títulos universitários e ofícios profissionais que apareceram no máximo três vezes (predominantemente uma vez) nas biografias dos Senadores. As diplomações pouco recorrentes entre partidários de centro e direita estiveram associadas a profissões características aqui já detalhadas entre os políticos desses segmentos – jornalistas, médicos e agropecuaristas. Não muito diferente, na esquerda, os “outros” certificados educacionais geraram uma pluralidade de profissões, todas de casos únicos, salvo duas entradas identificadas de professores. Quando consideradas as “outras” profissões, destacam-se quatro casos entre parlamentares de direita e três de centro que eram formados em Direito, diploma que desponta também nas exceções como protagonista.

Pode-se atestar que ao longo dos anos de 1994 e 2014 o Senado foi composto pelos dotados de *social background* destacado. Quando não atribuída uma alta posição socioeconômica, os que permeiam essa barreira tendem a ter, no mínimo, a diplomação universitária. Porém, tendo avançado e averiguado

¹⁰ Sem Classificação (S/C) na Tabela 2.

como se distribuiu o exercer da profissão entre os diplomados, nota-se que esses atributos tendem a andar casados entre os Senadores. Assim, o estudo avança para as carreiras políticas, focadas nos mandatos eletivos prévios, visando identificar a possível existência de dissonâncias na experiência em cargos eleitorais através do *social background* dos Senadores até aqui examinado.

Carreiras Políticas: experiência e projeção dos cargos prévios à eleição de acordo com o *social background*

Para melhor investigar a quantidade e a notoriedade dos mandatos prévios dos Senadores eleitos entre os anos de 1994 e 2014, aqui será utilizada a mesma divisão de Centeno e Madeira (2018) para classificar a experiência em cargos anteriores ao do mandato senatorial, considerando apenas os postos eletivos: inexperientes (nenhum cargo), pouco experientes (zero a dois), experientes (três a quatro) e muito experientes (cinco ou mais mandatos). Assim sendo, um Senador que teve seu mandato renovado passa a contar com a experiência legislativa no banco de dados.

Sendo a diplomação mais frequente entre os Senadores, a bacharelado em Direito liderou nas “duas pontas” das divisões do quesito experiência política: os portadores dessa titulação foram os mais recorrentes entre os eleitos inexperientes (sete de 19) e entre os muito experientes (32 de 66). Todavia, o mesmo não foi visto entre os que exerceram a advocacia, pois 42 de 49 tinham pelo menos três mandatos eletivos antes dos conquistados na disputa pelo Senado ao longo do período em estudo, majoritariamente com grande experimento político.

Nos inexperientes, nenhuma profissão despontou como distintiva, mesmo sendo os engenheiros maior número (4). Nesse grupo de políticos sem vitórias prévias nas urnas, figuraram, por conseguinte, os diplomados em Engenharia, além dos bacharéis em Medicina. Esse conjunto minoritário em uma Casa caracterizada pela *expertise* política foi marcado por diplomações mais costumeiras dentro da própria Câmara Alta.

Tais titulações também aparecem entre os políticos de pouca experiência, havendo dez formados em Direito e equivalentes em Engenharia, ainda que a graduação em Economia, as diplomações diversas e as pouco recorrentes (“outros”) tenham superado os formados em Medicina. O quadro dos ramos de recrutamento é parecido nas profissões: engenharias, Economia e a

Medicina, somadas as “outras” profissões, foram as atividades constantes entre os que tinham um ou dois mandatos prévios. Porém, dentre esses Senadores, destacaram-se os empresários (11 de 56).

Mesmo que durante o período quase 20% dos políticos pouco experientes tenham vindo do empresariado, essa profissão importante no recrutamento entre os representantes da Federação não serviu de catapulta para o Senado Federal; os advindos do ramo também foram 15 dos 82 “experientes”. Nesse conjunto, o diploma em Direito e as titulações diversas responderam por cerca de 40% dos casos, tendo esses políticos também atuado principalmente como advogados (16), junto de jornalistas, médicos e professores (universitários ou não).

No grupo majoritário, o dos muito experientes, o diploma e a profissão do ramo do Direito irromperam (pouco mais de 30%), junto dos economistas, empresários, engenheiros, professores não universitários e as “outras” ocupações, e por isso vislumbram os bacharelados em Economia, Engenharia e os “diversos”. Contudo, entre os 19 Senadores que não tinham ensino superior, 16 foram classificados como experientes ou muito experientes. Com essa ressalva, pode-se dizer que, em termos de experiência, tais políticos não se distinguiram fortemente pelo *social background*, sobretudo porque o Senado Federal tende a ser de difícil acesso aos desprovidos de capital político constituído nas urnas.

Tabela 3 – Nível de experiência política (de acordo com o *social background*) dos senadores eleitos entre 1994 e 2014

Profissão	Inexp.	Pouco Exp.	Exp.	Muito Exp.	Total
Adm. Pública/ Serv. Público	2	0	2	2	6
Advogado	2	5	16	26	49
Agropecuaria/ Pecuaria	0	4	2	2	8
Economista	0	6	2	7	15
Empresário/ Adm./Comerc.	2	11	15	9	37
Engenheiro	4	6	6	9	25
Impreciso ¹¹	0	2	7	7	16
Jornalista/ Radialista	2	2	6	3	13

¹¹ Classificação da diplomação e/ou profissão do Senador que não é claramente mencionada em sua biografia oficial no Senado ou em seu verbete no CPDOC.

Profissão	Inexp.	Pouco Exp.	Exp.	Muito Exp.	Total
Médico	2	6	7	5	20
Outras ¹²	3	6	9	9	27
Professor Universitário	1	3	4	2	10
Professor/Pedagogo	1	5	6	5	17
Total	19	56	82	86	243
Diplomação	Inexp.	Pouco Exp.	Exp.	Muito Exp.	Total
Administração de Empresas	0	4	5	1	10
Direito	7	10	17	32	66
Diversos	1	6	15	11	33
Economia	1	6	5	10	22
Engenharias	4	10	7	8	29
Ensino e Ciênc. Humanas	1	3	7	4	15
Ens. Méd./Téc./Sup. Incomp.	0	3	7	9	19
Impreciso	1	3	4	4	12
Jornalismo/Com. Soc.	0	0	5	0	5
Medicina	2	5	4	3	14
Outros ¹³	2	6	6	4	18
Total	19	56	82	86	243

Fonte: Senado Federal e CPDOC

Notas: Inexperiente (Inexp.), Pouco Experiente (Pouco Exp.), Experiente (Exp.) e Muito Experiente (Muito Exp.). Administração (Adm.), Serviço (Serv.), Comerciante (Comerc.), Ciências (Ciênc.), Ens. Méd./Téc./Sup. Incomp. (Ensino Médio/Técnico/Superior Incompleto), Com. Soc. (Comunicação Social).

Não que inexistam diferenças: entre as atividades profissionais menos recorrentes, metade dos agropecuaristas se encaixaram no aglomerado dos pouco experientes, enquanto os servidores públicos se dividiram em equitativas três partes entre os inexperientes, experientes e muito experientes.

¹² Arquiteto, Assistente Social, Bancário, Contabilista, Diplomata, Enfermeiro, Militar, Psicólogo, Técnico em Artes Gráficas, Técnico em Contabilidade e Técnico em Telecomunicações (um, cada); Delegado, Escritor, Geólogo, Metalúrgico, Pastor, Promotor, Sociólogo e Zootecnista (dois, cada).

¹³ Arquitetura, Ciências e Artes, Contabilidade, Enfermagem, Farmácia, Física, Odontologia e Serviço Social (um, cada); Educação Física, Geologia e Psicologia (dois, cada); Medicina Veterinária (três).

Os atuantes na comunicação eram preponderantemente experientes ou muito experientes, mesmo caso das “outras” profissões. Entre os profissionais de ensino (universitários ou não), houve caso ímpar: havia pouquíssimos inexperientes, mas sua distribuição era de simetria desde os políticos com um ou dois mandatos até os com cinco mandatos ou mais.

Exceto os agropecuaristas, todos os nichos profissionais de recrutamento tinham no mínimo 60% de seus políticos com três mandatos ou mais antes de serem eleitos para a Casa da Federação, todos longe dos estrondosos 86% de profissionais do Direito experientes ou muito experientes politicamente (entre esses, mais da metade tinha cinco mandatos ou mais). Semelhante lógica prevaleceu nos grupos das titulações educacionais: ainda que, surpreendentemente, áreas fortes de recrutamento como Engenharia e Medicina tiveram os menores percentuais, todos os nichos tinham pelo menos metade de seus políticos com ao menos três vitórias nas urnas em suas biografias.

Percebe-se que os achados dessa análise não diferem da histórica relação dos advogados com a política, em que, sendo 20% das bancadas eleitas, esses profissionais eram quase um terço (e 37% em termos de titulação educacional) dos políticos muito experientes. Contudo, ressalva-se que em duas décadas foram a pleito 243 cadeiras, menos da metade do que é eleito em apenas uma legislatura para a Câmara dos Deputados. São números importantes para compreender a morfologia do Senado Federal, principalmente devido ao seu caráter de ponto de encontro da elite política, mas não devem ser olhados tão apenas pela rigidez dos números; é necessário avaliar se através do *social background* os políticos diferiram na projeção dos cargos eletivos que exerceram antes de chegarem ao Senado.

Mais da metade dos Senadores (56%) passaram pela Câmara dos Deputados, que junto das Assembleias Legislativas foram as principais alavancas nas carreiras políticas dos eleitos para o Casa da Federação (Apêndice A). O posto inicial na hierarquia legislativa foi menos comum nas biografias dos políticos eleitos entre 1994 e 2014: apenas 22% foram (diante de 42% de antigos deputados estaduais). A *expertise* legislativa tende a despontar dado o exercício desses mandatos por um grande número de políticos em simultâneo, assim como pelo critério proporcional das eleições, diferentemente dos gabinetes executivos ou da eleição senatorial, que são cargos de eleição majoritária.

Não obstante, os ex-Governadores somaram 35% dos que foram eleitos para a representação federativa, número ligeiramente maior que os 31% que haviam

passado pelo próprio Senado Federal e os 30% que foram Prefeitos. O histórico dos vices é significativamente menor: ainda que 12% dos Senadores eleitos tenham sido vice-Governadores, os vice-Prefeitos foram apenas 3%, e os vice-Presidentes – 1% (menor que os 2% que exerceram o posto da instância máxima de disputa pelo poder político – a Presidência da República).

Esses índices de Senadores que anteriormente administraram cidades e governaram seus estados mostram que não apenas a chegada ao Senado tende a vir com a vivência e o experimento político, mas também é comum aos que desfrutaram de outras vitórias majoritárias em suas carreiras políticas, vindos de postos eletivos de grande projeção. Dentre os que passaram pelas prefeituras e governadorias antes de chegarem ao Senado, o diploma em Direito e o exercício da advocacia reafirmaram o quadro encontrado na própria Casa, com o ramo jurídico predominando na maioria dos cargos eletivos prévios dos Senadores, executivos ou legislativos.

Os ex-Prefeitos tinham também como principais ramos de formação as engenharias, a Economia, a Medicina, os diplomas “diversos” e os diplomas não universitários (de ensino médio, técnico ou o superior incompleto), que levaram à concentração de empresários, engenheiros, médicos e as “outras” profissões entre antigos administradores de Paço Municipal. Esse quadro de profissões e diplomas não foi muito diferente entre os Governadores (salvo os diplomas abaixo do nível superior), havendo também os que atuaram como economistas e caindo bruscamente o número de médicos.

Por seu número reduzido na Casa, os ex-Presidentes e vice-Presidentes tornaram ainda mais concentradas essas posições sociais elevadas: formados em Direito, Economia ou com titulações diversas, atuaram como advogados, no empresariado, na Engenharia e nas “outras” profissões. Isso se repete entre os antigos vice-Governadores, entre os quais figuravam também médicos e agropecuaristas.

Os Senadores que foram Deputados Federais ou Estaduais tinham um rol diverso de profissões e reduziram significativamente o volume de engenheiros que haviam passado pelas Assembleias, abrindo espaço para os jornalistas e os médicos. Dentre os ex-Deputados Federais houve o menor patamar dos profissionais do Direito – 19% (longe do um terço entre os ex-Governadores); nesse cargo mais frequente nas biografias senatoriais, os diplomas não universitários têm o seu melhor índice (12%) e as “outras” profissões ganham espaço, mostrando que os Senadores que passaram por outras casas legislativas tinham um *social background* mais diversificado em relação aos que passaram por cargos executivos.

O mais interessante é que essa diversificação começou ao longo do período em estudo a se estender para o próprio Senado Federal. Quando analisados aqueles que haviam exercido o posto senatorial antes de conquistar um mandato na Casa (consequentemente, contando os que foram reeleitos ao longo do *interim*), caiu o volume de advogados, economistas e engenheiros, enquanto servidores públicos, professores não universitários, empresários, jornalistas, médicos e os de profissão imprecisa obtiveram mais espaço; decresceu o percentual de formados em Direito, Economia, nas engenharias e nas áreas de ensino e Ciências Humanas, enquanto cresceram os que tinham diversos diplomas universitários e os que tinham ensino médio, técnico ou o superior incompleto.

Essa intensificação da multiplicidade de posições socio-ocupacionais veio por vias distintas sem necessariamente beneficiar algum espectro ideológico, crescendo ramos característicos dos segmentos ideológicos – educadores, jornalistas, empreendedores, bem como os “compartilhados” pelos polos – como os Senadores de diplomações diversas. Também o aumento desses que tinham diplomas em mais de uma área de conhecimento não significou um crescimento de posições sociais mais elevadas, pois os diplomas não universitários também ascenderam em participação no *social background* dos Senadores eleitos.

Se os níveis de experiência política dos mesmos pouco diferiram, observa-se que em posições mais modestas e ligadas a partidos de esquerda, caso dos professores não universitários e do funcionalismo público, a formação dessa *expertise* política veio de cargos legislativos abaixo da esfera Federal – de menor projeção política. O caso daqueles que não possuíam diploma universitário (bem distribuídos nos partidos de esquerda, centro e direita) é ambíguo: ainda que tenham representado 12% dos ex-Deputados Federais, formaram suas carreiras principalmente nos municípios (nas prefeituras e nas Câmaras de Vereadores).

Quando analisado o caso dos professores universitários (que estavam mais no centro e na esquerda), bem distribuídos entre cargos executivos e legislativos, vinham de mandatos de Governador, Senador, Deputado Estadual e, principalmente, de Deputado Federal. Aliás, Senadores de todas as divisões de *métiers* – inclusive as “outras”, haviam passado pelas Assembleias Legislativas e pela Câmara dos Deputados, repetindo algo somente visto no histórico de mandatos de Prefeito desses políticos.

Já Senadores de posições médias e altas, que foram mais evidentes no centro (como os profissionais da Comunicação), na direita (como os engenheiros), ou

em ambos segmentos (caso dos empresários), formaram suas carreiras políticas nos cargos das mais díspares projeções; as engenharias (como profissão) estiveram associadas, principalmente, a Senadores que outrora exerceram cargos majoritários – Prefeito, Governador e Senador.

A razoável diferenciação de experiência política através da perspectiva do *social background* dos Senadores se torna mais clara e ostensiva ao olhar a proveniência desse ganho de bagagem política. Constata-se que através da posição socio-ocupacional dos Senadores se pôde melhor diferenciar a projeção dos cargos eletivos prévios dos políticos que venceram as eleições entre 1994 e 2014.

Considerações Finais

Em um Senado dominado pelos partidos de centro e direita e pelos políticos de alta experiência eleitoral, o estudo que se encerra pôde trazer novos entendimentos sobre o *social background* dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014. Esse predomínio de agremiações desses segmentos esteve ao mesmo tempo ligado a um padrão de recrutamento próximo entre tais nichos ideológicos (exemplifica-se com os empresários, os agropecuaristas e os bacharéis em Direito). Porém, os padrões aqui carimbados dentre as profissões através dos segmentos ideológicos devem ser verificados tanto no período prévio, quanto posterior às eleições estudadas, a fim de averiguar eventuais mudanças nos modelos de recrutamento.

A dificuldade dos partidos de esquerda para elegerem seus candidatos pode responder em parte à associação direta do perfil do conjunto da Casa ao encontrado nas legendas de centro e direita, todavia o “compartilhamento” desses segmentos ideológicos de profissões e titulações também importantes no recrutamento entre as legendas de esquerda – como os professores universitários e os formados nas engenharias – reforça que o maior precedente para vitória na disputa pela representação federativa é a experiência política, indistinto o posicionamento ideológico, já que no *social background* há razoável proximidade entre os nichos.

Surgem também importantes questões que podem intensificar alguns dos achados aqui apresentados e que futuros estudos podem explorar: quais cargos foram as portas de entrada desses Senadores na política? Tendo os cargos de Prefeito e Governador marcado tanto as carreiras dos Senadores, haveria uma circulação nos postos majoritários? Ou seja, esses políticos saem e voltam para o Senado, ou o mandato senatorial é a última etapa da escalada política?

Essas perguntas podem agregar às conclusões trazidas. Aprofundando os trabalhos prévios, este estudo mostrou para quais áreas se encaminharam os Senadores que não exerceram a profissão de sua área de diplomação (casos como dos bachareis em Direito que eram agropecuários, professores universitários e empresários; dos formados em Economia que atuaram no ramo empresarial, dentre outros), bem como trouxe o entendimento de como se distinguiram – através do *social background* – as formações de experiência política. Enquanto altas posições sociais não possibilitaram acelerar a chegada ao Senado Federal, posições sociais modestas (que figuraram em menor percentual entre os Senadores) se relacionaram à vivência legislativa, evidenciando uma Casa marcada pelos políticos de capital político robusto, moldado nas urnas.

Referências

- ARAÚJO, Paulo Magalhães.
(2011). Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006. *Revista Política Hoje*, v. 20, n. 2, p. 550-580.
- CENTENO, Alison Ribeiro.
(2019) O Senado em duas décadas: *social background* dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014. *19ª edição do Congresso Brasileiro de Sociologia*.
- CENTENO, Alison Ribeiro.
(2018). *Os maestros da elite: carreiras e trajetórias dos líderes no Senado Federal entre 1999 e 2006*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, PUCRS.
- CENTENO, Alison Ribeiro.
(2020). Percurso para o Senado: carreiras e *social background* dos senadores das 51ª e 52ª Legislaturas. *Política & Sociedade*, v. 19, p. 246-267
- CARLOMAGNO, Márcio; CODATO, Adriano.
(2018). Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. *Colombia Internacional*, n. 95, p. 79-107.
- CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas.
(2014). Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 346-362.
- CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; HEINZ, Flavio.
(2016). Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 60, p. 47-68.
- CORADINI, Odaci Luiz.
(2012). Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, p. 109-122.
- COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington.
(2014). Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 14, p. 227-253.

MADEIRA, Rafael Machado; OLIVEIRA, Augusto Neftali; CENTENO, Alison Ribeiro.
(2022). Sob a superfície do sistema partidário: carreiras políticas e eleições majoritárias. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 39, p. 1-34.

MIGUEL, Luis Felipe, MARQUES, Danusa, MACHADO, Carlos.
(2015). Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58, n. 3, p. 721-747.

NEIVA, Pedro Robson Pereira.
(2011). Coesão e disciplina partidária no Senado Federal. *Dados*, v. 54, n. 1, p. 289-318.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício.
(2014). Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 165-188.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar.
(2009). Estimating ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A reserach communication. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, p. 218-246.

RODRIGUES, Leôncio Martins.
(2009). *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro, Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

RODRIGUES, Leôncio Martins.
(2002). Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, p. 31-47.

Recebido em
julho de 2021

Aprovado em
maio de 2023

Apêndice A

APÊNDICE 1 – MANDATOS PRÉVIOS DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014 - DE ACORDO O SOCIAL BACKGROUND												
PROFISSÃO	Gov.	V-Gov.	Pref.	V-Pref.	Pref.	V-Pres.	Pres.	V-Pres.	Ver.	D.Est.	D.Fed.	Sen.
Administração Pública/Servidor Público	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	4	0
Advogado	28	12	17	2	0	1	13	33	26	26	22	22
Agropecuária/Pecuarista	3	2	3	0	0	0	0	2	1	6	2	6
Economista	8	2	3	0	0	0	0	6	7	9	9	9
Empresário/Administrador/Comerciante	10	3	14	0	2	0	9	13	20	7	7	7
Engenheiro	11	3	11	3	1	1	2	5	8	12	12	12
Impreciso¹	4	3	6	0	0	0	3	9	15	0	3	0
Jornalista/Radialista	3	0	3	0	0	0	1	7	5	3	3	3
Médico	4	2	6	0	0	0	2	7	11	5	5	5
Outros²	9	2	7	2	2	0	6	5	16	8	8	8
Professor Universitário	3	1	1	0	0	0	0	3	6	3	6	3
Professor/Pedagogo	3	0	2	1	0	0	9	10	9	4	9	4
TOTAL												
	86	30	74	8	5	2	54	103	135	135	75	75
DIPLOMAÇÃO												
Administração de Empresas	4	1	3	0	0	0	3	3	2	3	2	3
Direito	30	10	19	1	2	1	16	36	36	27	27	27
Diversos	7	8	11	2	1	1	4	12	22	4	4	4
Economia	11	2	7	0	2	0	8	10	14	10	14	10
Engenharias	14	3	11	3	0	0	2	6	8	13	8	13
Ensino e Ciências Humanas	4	0	1	0	0	0	8	11	11	6	11	6
Ensino Médio/Técnico/Superior Incompleto	5	2	8	0	0	0	7	8	16	3	3	3
Impreciso	4	2	4	0	0	0	1	6	6	1	6	1
Jornalismo/Comunicação Social	1	0	1	0	0	0	0	3	2	1	3	2
Medicina	3	1	6	0	0	0	1	5	6	4	6	4
Outros³	3	1	3	2	2	0	4	3	12	3	3	3
TOTAL												
	86	30	74	8	5	2	54	103	135	135	75	75
1 Classificação da diplomação e/ou profissão do Senador que não é claramente mencionada em sua biografia oficial no Senado ou em seu verbebo no CPDOC.												
2 Arquiteto, Assistente Social, Bancário, Contabilista, Diplomata, Enfermeiro, Militar, Psicólogo, Técnico em Artes Gráficas, Técnico em Contabilidade e Técnico em Telecomunicações (um, cada); Delegado, Escritor, Geólogo, Metalúrgico, Pastor, Promotor, Sociólogo e Zootecnista (dois, cada).												
3 Arquitetura, Ciências e Artes, Comunicação Social, Contabilidade, Enfermagem, Farmácia, Física, Odontologia e Serviço Social (um, cada); Educação Física, Geologia e Psicologia (dois, cada); Medicina Veterinária (três).												
Notas: Gov. (Governador); V-Gov. (Vice-Governador); Pref. (Prefeito); V-Pref. (Vice-Prefeito); Pres. (Presidente); V-Pres. (Vice-Presidente); Ver. (Vereador); D.Est. (Deputado Estadual); D.Fed. (Deputado Federal); Sen. (Senador)												

Fonte: Senado Federal e CPDOC

Fonte: Senado Federal e CPDOC